

Intervenção de Carlos Almeida, em representação do MPPM na Manifestação de 11 de Maio de 2024 em Lisboa

Cito:

“Entre nós deve ser absolutamente claro que não há espaço para dois povos neste país. (...). Depois que os árabes sejam transferidos, o país estará livre para nós; com os árabes aqui, o país será estreito e limitado. (...) a única solução é a terra de Israel (...) sem árabes. Não existe espaço para compromisso neste ponto”.

Estas palavras foram escritas no dia 20 de Dezembro de 1940, por Yosef Weitz, o todo poderoso responsável do Departamento de Terras e Florestação do Fundo Nacional Judaico, que ficou conhecido como o “arquitecto da transferência”. Poucos anos depois, as milícias sionistas passariam este programa à prática, lançando uma vasta campanha de terror e violência. Mais de 5 centenas de povoações foram apagadas do mapa, a sua população expulsa, em muitos casos massacrada. Execuções em massa, valas comuns, bombardeamentos maciços, envenenamento de poços de água com germes de tifoide, escolas, mesquitas e igrejas destruídas, saques e pilhagens, um número indeterminado de pessoas presas, mortas ou desaparecidas, milhares de desalojados, errando em busca de abrigo, amontoados em tendas improvisadas em campos a perder de vista. Weitz, mandante ele próprio da destruição de várias aldeias na região de Haifa escreveria no seu diário, no dia 21 de Abril de 1948, “o nosso exército avança e conquista as aldeias árabes, e os seus habitantes fogem como ratos”.

Yosef Weitz faz parte de uma galeria de dirigentes de Israel onde pontificam Ben- Gurion, Chaim Weizman, Menachem Begin, Yitzhak Rabin, Ariel Sharon, e a quem alguns gostam, ainda hoje, de chamar “moderados” por oposição aos fascistas Ben-Gvir e Smotrich, além de Netanyahu, que hoje governam Israel. Esses mesmos que se entretêm a distinguir moderados e radicais no mesmo conselho de guerra que conduz a hedionda campanha de violência contra a população palestina, em Gaza e na Margem Ocidental, insistem ainda em fazer-nos crer que tudo começou no dia 7 de Outubro. Hoje, escassos dias antes que se assinalem 76 anos da catástrofe que em 1948 se abateu sobre o povo palestino, estamos aqui para lhes lembrar, que de Weizman a Benjamin Gantz todos são autores morais e executores, entre muitos outros, do crime de genocídio e limpeza étnica da Palestina. E para lhes dizer que toda a injustiça gera resistência, e que é aquela e não esta a responsável pelo prolongamento da violência.

Além do poder destrutivo da actual máquina de guerra de Israel e da escala de brutalidade, nada de essencialmente diferente distingue Tantura de Gaza, Balad al-Shaykh e Khan Younis, Ayn al-Zaytun e Deir al-Balah. Entre os 30 bebés chacinados em Deir Yasin e as cerca de 15 mil crianças mortas por Israel na faixa de Gaza desde o dia 7 de Outubro, há um rio de sangue que em 76 anos nunca se extinguiu. O mesmo rio de sangue que liga os filhos de Wael Al-Dahdouh e os cerca de cem jornalistas mortos em Gaza, no exercício da sua profissão, a Shireen Abu Akleh, assassinada pelo exército de Israel faz hoje exactamente dois anos. Aquilo a que assistimos em directo não é uma acção militar reactiva como insistem em dizer-nos, menos ainda uma operação para a libertação de reféns, mas uma nova vaga, igual nos métodos e na retórica, da campanha visando a realização do objectivo enunciado por Yosef Weitz: a expulsão da população palestina do seu território ancestral, se necessário através da sua eliminação física. Duzentos e dezoito dias depois e cerca de 45 mil mortos ou desaparecidos, na sua maioria mulheres e

crianças, é por demais evidente – e assim o considerou o Tribunal Internacional de Justiça – que é de genocídio que se trata.

Hoje como no passado, o massacre do povo palestino tem mandantes e executores, cúmplices, financiadores, serventúrios e propagandistas. A barbaridade da operação israelita, a política continuada e persistente de violentação dos direitos humanos mais básicos em toda a Palestina, tenha ela sido ocupada em 1948/1949 ou em 1967, só é possível porque há países que apoiam Israel de forma incondicional, em armas, em dinheiro, em cobertura política e diplomática. Países, diga-se, que, absolvendo o ataque israelita às instalações diplomáticas do Irão na Síria, não hesitaram em colocar a região à beira de uma guerra generalizada, adensando mais ainda o quadro de confrontação que vêm alimentando com riscos graves para a paz no mundo e a própria vida no planeta. A começar pelos Estados Unidos, várias potências europeias, entre elas a Inglaterra e a Alemanha, outros países que se afirmam intérpretes e defensores do que gostam de chamar “valores ocidentais” e que, ainda ontem, na Assembleia Geral das Nações Unidas, se abstiveram ou votaram contra o reconhecimento de pleno direito do estado da Palestina.

Neste quadro, também o governo português deve explicações ao país. Há dias, o MPPM denunciou que a Marinha portuguesa tem em testes um drone submarino produzido por uma empresa pública militar israelita. Mesmo que nada mais daí resulte, a circunstância de Portugal estar a testar equipamento militar produzido por um estado que tem pendente no Tribunal Internacional de Justiça uma acusação de genocídio é de uma gravidade extrema. Mas que o governo pondere negociar com uma empresa do aparelho de segurança de Israel a aquisição desse equipamento, como todos construído e testado no prolongamento ilegal da ocupação dos territórios ocupados em 1967 e na repressão do povo palestino, tal configura uma afronta ao Portugal democrático e aos valores plasmados na Constituição da República que exige, por isso, a mobilização de todos os esforços e a construção de um amplo movimento de opinião que seja capaz de impedir que tal se concretize.

Mas, não é só do governo e dos órgãos de soberania que se exigem decisões claras. Todas as instituições, devem assumir a sua responsabilidade. Também as universidades. Um pouco por todo o mundo, os estudantes têm ocupado o seu lugar no amplo movimento de solidariedade que reclama justiça para o povo palestino. Há dois dias, o Conselho de Reitores das Universidades em Espanha decidiu suspender os acordos de colaboração com universidades e centros de investigação israelitas comprometidos com a guerra em Gaza e intensificar a cooperação com o sistema científico e de educação superior palestino. Esperava-se das universidades portuguesas atitude idêntica. Ao invés, retomando uma prática tristemente célebre dos tempos do fascismo e que, ao poucos se vai de novo normalizando, o reitor da Universidade de Lisboa, em conjunto com as direcções da Faculdade de Psicologia e o Instituto de Educação da mesma universidade, decidiu chamar a intervenção da polícia para desalojar os estudantes que, naquela escola e de forma pacífica, expressavam a sua opinião solidária com o povo palestino. Desta tribuna, queremos afirmar o nosso claro repúdio por esta atitude profundamente anti-democrática e limitadora das liberdades e a nossa solidariedade com as associações de estudantes, organizações de juventude e colectivos que um pouco por todo o país têm dado um contributo fundamental para o alargamento e a mobilização do apoio à causa do povo palestino.

São de excepção os tempos que vivemos. Há um genocídio a acontecer diante de nós, transmitido em directo. Cada dia é um dia a mais. Não há espaço para a equidistância, a ambiguidade ou os jogos de palavras. Todas e todos estamos convocados: por Hind Rajab e todas as crianças de Gaza, de Jerusalém,

Hebron, Nablus, Tulkarm ou Jenin; pela heróica, determinada e inigualável resistência do povo palestino que desta tribuna, neste dia, saudamos de forma muito sentida e calorosa; pelos que antes de nós resistiram e cantaram o direito dos povos a viver em paz e em liberdade na terra que é a sua; pelo respeito que devemos a nós mesmos, aos nossos filhos a quem prestaremos contas um dia. É a nossa vez. Continuemos a levar a bandeira da Palestina a todos os lugares, hoje mais do que nunca. A mobilizar o protesto. A interpelar governo, órgãos de soberania, instituições, a reclamar respostas claras e um posicionamento conforme com os preceitos constitucionais, os princípios do direito internacional, da justiça e da paz. E a exigir o cessar-fogo imediato e incondicional, o fim do genocídio, a liberdade para a Palestina.

Viva a luta do povo palestino!